

A Revolução Cubana e sua Recepções: Imprensa e Academia

*Luís Carlos dos Passos Martins**

*Vinícius Liebel***

Quando os revolucionários liderados por Fidel Castro e Che Guevara destituíram o governo de Fulgencio Batista na virada do ano de 1958, já sabiam que estavam movimentando as engrenagens da História. Ao movê-las, transformaram não apenas sua história nacional, mas a de todo o mundo. Essa pequena ilha no Caribe estaria no centro da nova orquestração política mundial, e sua influência seria sentida por toda a América. Mas a despeito da importância do tema, Cuba permanece sendo apenas tangencialmente tratada pela historiografia mundial, para além de suas implicações transversais (como o caso da Crise dos Mísseis exemplifica).

A proposta do presente artigo é dupla: além de recuperar a produção acadêmica brasileira sobre o tema, busca apresentar uma perspectiva da imagem propagada pela grande mídia do Brasil por ocasião da Conferência de Punta del Este, momento do alinhamento definitivo da ilha com o bloco soviético. Temos, é claro, duas formas distintas de produção discursiva, além de dois lugares completamente diferentes de apreensão do evento, o que resultará em uma percepção das estruturas específicas que regem os dois campos, seus constrangimentos estruturais e a sua tomada de posição frente ao evento. Guiam essas análises as reflexões de Bourdieu, para quem

Les stratégies des agents et des institutions qui sont engagés dans les luttes littéraires, c'est-à-dire leurs prises de position (spécifiques, c'est-à-dire

* Professor Adjunto na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

** Historiador, doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin (FU-Berlin), professor Colaborador do PPG-História da PUCRS e bolsista Capes/PNPD na mesma instituição.

stylistiques par exemple, ou non spécifiques, politiques, éthiques, etc.), dépendente de la position qu'ils occupent dans la structure du champ, c'est-à-dire dans la distribution du capital symbolique spécifique, institutionnalisé ou non (reconnaissance interne ou notoriété externe), et qui, par la médiation des dispositions constitutives de leurs habitus (et relativement autonomes par rapport à la position), les incline soit à conserver soit à transformer la structure de cette distribution, donc à perpétuer les règles du jeu en vigueur ou à les subvertir. (Bourdieu, 1994, p. 71)

As diferentes temporalidades da apreensão e da produção referente à revolução em cada um dos campos aqui observados justificam o recorte temporal diferenciado: enquanto o campo acadêmico terá um mapeamento das principais obras produzidas sobre Cuba e a revolução desde a eclosão da mesma até a produção mais recente, a análise do discurso jornalístico será observada em perspectiva eventual, demarcada pela Conferência de Punta del Este, de 1962. Antes de promovermos essas leituras, entretanto, um breve histórico da revolução e do regime castrista se faz necessário.

A Revolução e seu desenvolvimento – breve histórico

A Revolução Cubana, gerada da ditadura de Batista, não é um evento pontual. Ela não ocorre no ano novo de 1959, com a destituição do ditador e instituição de um governo socialista. Antes, é um acontecimento iniciado em 26 de julho de 1953, quando Fidel Castro, desde o início o nome maior do movimento, lidera pouco mais de uma centena de homens no Assalto ao Quartel Moncada, naquela que foi a primeira tentativa real de oposição armada a Fulgencio Batista. Essa tentativa de *putsch* contra a segunda maior fortaleza militar do país ainda não carrega em si a fagulha do Comunismo. Tratava-se de um movimento nacional-democrático (Reis, p. 367), direcionado contra o regime ditatorial de Batista e o domínio imperialista norte-americano. O golpe fracassa, mas dá a Castro a projeção necessária para se tornar o principal nome da resistência à ditadura. Preso, Castro é condenado a 15 anos de detenção, dos quais cumpre apenas dois. É libertado e se exila no México, onde volta a organizar a resistência a partir do movimento 26 de julho (M26), de vocação guerrilheira. É no exílio mexicano que a ele se juntarão Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos quem, junto de Raul Castro, configurariam o quarteto maior do

movimento. E é durante o exílio de Castro no México também que começa a se configurar a mitologia em torno do Comandante. A imagem do herói exilado, mas ainda assim um homem de ação, conforma-se àquela do arquétipo de Alexandre na mitologia de Girardet (1986). Segundo o historiador francês, esse arquétipo encerra em si um poder que não se ancora no passado nem nas tradições ou lembranças, mas na ação imediata (Girardet, 1986, p. 75). Essa imagem legitimadora e instigadora, no vulto de Fidel Castro, ganha ares sebastianistas no período do exílio. Engendra assim a esperança no retorno, da ação futura e redentora.

Esse retorno ocorre em final de 1956, quando os guerrilheiros se instalam em Sierra Maestra e iniciam os combates contra o exército cubano. Os dois anos seguintes foram de coordenação e de recrutamento de novos adeptos que, apesar de chegarem perenemente, eram sempre em número muito menor que as forças oficiais. Entretanto, a tática da guerrilha permitia algumas vitórias decisivas para o movimento, o que não apenas dava alguma vantagem em termos de moral para os guerrilheiros, mas também rendia armas e mantimentos, bem como um crescente apoio da população, tanto nos campos quanto entre os intelectuais. Em 1958, a situação ficou insustentável para Batista, que fugiu para a República Dominicana. Através de negociações com os responsáveis pelas cidades, Castro avançou e tomou o território em direção a Havana, onde o cargo central estava vago. Manuel Urrutia assume a presidência e Fidel Castro é apontado primeiro-ministro. O governo revolucionário – ainda não declarado comunista – é iniciado. De fato, a esquerda cubana, em especial o PSP, pouco fez pelo movimento, estando ao lado de Fulgencio até próximo de sua queda.

A constatação, no exterior, de um suposto caráter “comunista”, entretanto, não tardou, uma vez que as desapropriações de empresas, indústrias e das igrejas tiveram início. Apesar da reação norte-americana, organizando um pelotão de exilados e o desembarcamento na Baía dos Porcos em 1961 e posteriormente decretando os

embargos econômicos à ilha, o novo regime conseguiu se manter e atingiu grandes vitórias, como o estabelecimento de altos níveis de educação e de acesso à saúde. Entretanto, algumas das características do regime e de seu desenvolvimento foram e ainda são alvos de análises e de discussões.

A primeira fase da revolução cubana, que já foi caracterizada como “o mais socialista dos regimes, com maior entusiasmo popular e liberdade de expressão que no resto do campo socialista” (Dumont, p. 90), correspondeu ao período de maior exaltação do movimento, tanto em Cuba quanto no exterior. Foi o tempo de um Castro comprometido não apenas com a causa da revolução, mas também com seus companheiros de liderança. O Estado domina econômica e politicamente o país, possibilitando o gerenciamento dos recursos nacionais para as necessidades mais urgentes. Ocorre uma industrialização pontual, especialmente no campo do cimento, da eletricidade e do açúcar, principal produto da ilha e ao qual será designado, posteriormente, o papel cubano na divisão da produção do mundo soviético. Concomitantemente avançam a pesca e, vagarosamente, a agricultura.

A revolução se opera ao redor do mito do novo homem guevariano, o segundo grande elemento da mitologia política do movimento cubano. Aqui os arquétipos do homem providencial e do profeta (Girardet, p. 78) se mesclam para gerar uma imagem ideal-típica do revolucionário perfeito em torno da figura de Che Guevara. De fato, o argentino era aquele que mais se adequaria a essa imagem, propagada ao redor do mundo e idealizada na fotografia de Alberto Korda. Pelo ideal defendido por Guevara, o novo homem deveria deixar para trás toda estrutura mental capitalista burguesa, especialmente o egoísmo e os valores impostos à relação trabalho e recompensa. A Revolução inauguraria uma nova fase da história cubana, abriria um novo espaço de experiências e de compreensão, e mesmo todo o passado da ilha seria repensado para o entendimento desse novo futuro (Pérez Jr. p. 56 *et. seq.*), dominado pelo novo homem revolucionário. De fato, o ideal proposto por Guevara era uma crítica não apenas ao Capitalismo, mas também ao Socialismo Soviético, ainda fortemente ancorado nesse enquadramento operativo e mental (Wallerstein [2008, p. 15 *et seq.*] viria a defender que o sistema soviético, apesar das intenções revolucionárias, jamais chegou realmente a sê-lo, pois não rompera com o sistema-

mundo capitalista). Para Guevara, a moral e os valores ligados ao Capitalismo, responsáveis pela alienação dos indivíduos e de seu trabalho, deveriam ser desde cedo combatidos. O novo homem deveria viver para o trabalho coletivo, esforçar-se para não apenas cumprir suas obrigações, mas também ir além, em prol da coletividade. Dessa forma eram incentivados as horas extras sem remuneração adicional e o trabalho voluntário, levando a grandes mobilizações que, entre outros feitos, reduziu drasticamente o número de analfabetos do país.

É com esse panorama que Cuba se torna a pauta principal da Conferência de Punta del Este, em 1962, que reuniu os países que compunham a Organização dos Estados Americanos (OEA) para decidir as repercussões políticas e jurídicas da Revolução Cubana dentro dessa instituição intergovernamental. O desenrolar dessa questão expôs uma divergência fundamental entre os participantes. De um lado, havia aqueles que defendiam a aplicação de sanções econômicas, diplomáticas e militares contra o regime de Fidel Castro, com base em uma interpretação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), no qual a simples existência de um governo comunista, socialista ou ligado à União Soviética consistia em uma ameaça presumida de agressão ao sistema interamericano e deveria, portanto, ser eliminado. Do outro lado, estavam os países que se contrapunham à aplicação de sanções de qualquer natureza contra Cuba, argumentando que o sistema interamericano garantia a autodeterminação para seus membros, além de não prescrever qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos. A escolha de um regime de governo, afirmavam, era um tema particular a ser decidido pelo povo de cada país e não coletivamente pela OEA. Faziam parte desse grupo, chamado de grupo dos seis (com a participação temporária do Haiti), Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. O Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, diante do impasse, sinalizou uma resolução intermediária, excluindo o governo – e não o Estado cubano – da OEA. Essa resolução teve o voto positivo do número mínimo de participantes,

incluindo-se o país sede da Conferência junto ao grupo dos 13. As demais nações abstiveram-se de votar essa resolução, não causando nenhum constrangimento maior ao funcionamento da organização. Iniciava-se assim o isolamento internacional de Cuba direcionado pelos Estados Unidos. Contribuiu fortemente para essa decisão final o fato de o líder cubano Fidel Castro declarar a sua adesão ao bloco soviético durante o período de negociação da Conferência.

Mas apesar dos temores norte-americanos, os esforços revolucionários logo deram sinais de esgotamento. Em alguns anos, os caminhos da revolução foram colocados em debate, e Che Guevara desempenhou um papel central na configuração do sistema de produção cubano. O grande debate econômico dos anos 1963 e 1964 foi centrado em dois temas transversais: o modo de organização da produção e as formas de estímulo para ela. Os principais pontos desse debate foram assim descritos pelo líder trotskista Ernest Mandel (1973, p. 18):

1. Organização das empresas industriais (gestão centralizada ou descentralizada);
2. Importância relativa dos estímulos materiais na construção do socialismo (os estímulos para a produção deveriam ser materiais ou morais?);
3. Papel da lei do valor na transição do capitalismo para o socialismo (como, por que e a que se dá valor no mundo do trabalho e qual seu lugar na transição);
4. Natureza dos meios de produção estatizados (são mercadorias? Propriedade social? Parte socializados, parte propriedade das empresas?)

As conduções do debate apontaram para uma constante: de forma geral, aqueles que advogavam a produção descentralizada eram mais propensos a defender os estímulos materiais, enquanto aqueles que preferiam a centralização administrativa e organizacional tendiam a sustentar os estímulos morais na linha guevariana (Bandera, 1998, p. 82). Essa dicotomia se torna central na configuração mesma da revolução a partir de então, pois ela aponta para as possibilidades de aproximação ou distanciamento do modelo soviético. Com a vitória das propostas de Che Guevara, ou seja, a centralização da administração e o estímulo moral, a revolução marca sua posição enquanto regime alternativo. Esse estímulo, buscando romper com o padrão

capitalista ainda no processo de transição para o sistema socialista, e a negativa da burocratização administrativa se transformam em bandeiras e símbolos cubanos.

Mas a revolução, apesar de suas vitórias, não decolava. Na primeira década da revolução, a média de crescimento ficou em torno de 3% (Reis, p. 373), pouco diante do necessário para desenvolver sua indústria e diversificar sua agricultura. Ficou cada vez mais evidente que o país, para deixar de ser dependente dos Estados Unidos, precisava se aliar ao outro sistema dominante, o soviético. Esse processo, entretanto, não ocorre de forma imediata. A aproximação é lenta e ocorre em dois planos, no plano interno, com a reordenação do sistema político e administrativo cubano, e no plano externo. No plano interno, observa-se o gradual isolamento de Fidel Castro no comando da revolução, processo que se inicia com a prisão de Huber Matos e o desaparecimento de Camilo Cienfuegos e é praticamente completado com a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967. Além disso, a centralização econômica e administrativa é conjugada com o controle social da população, especialmente através dos Comitês de Defesa da Revolução, um dispositivo de denúncia voltado à formatação e conformação da população a uma nova cultura política, baseada no Homem Novo guevariano e no esforço pela revolução (Fagen, 1969). Somado a tudo isso, o regime cubano é erigido com base em uma superconcentração militar e política no núcleo guerrilheiro, sendo o Exército Revolucionário (de vocação autoritária e repressiva) o espaço eleito de construção da moral guevariana, da política revolucionária e de gestação das experiências regulativas e de poder do novo Estado (Andrade, p. 120-1). Em 1965, é fundado o PCC, seguindo o modelo soviético, e que seria a base do poder burocrático castrista. Essa estrutura, como Claudia Hilb (2010) demonstra, é a responsável pela transformação do princípio de ação do regime castrista: deixa-se, gradualmente, de se apoiar na moral revolucionária do Homem Novo para se basear no medo generalizado – medo da crítica, da denúncia e da perda dos privilégios. A centralização do regime em Castro era assim estruturada, a

partir de meados da década de 60, em torno de uma prática repressiva, difamatória e autoritária.

No plano externo, a fundação do PCC foi o primeiro sinal claro de aproximação do regime cubano à matriz socialista soviética. Desde a tentativa de cooperação militar na ocasião da Crise dos Mísseis, esse foi o maior gesto de aproximação entre as duas nações. O segundo gesto explícito de aproximação a partir de Havana é a declaração de apoio às ações soviéticas em Praga, em 1968. As colaborações também são sentidas na propagação do ideal socialista, especialmente no território africano, onde Cuba se torna uma exportadora da técnica e da ideologia socialista guerrilheira. É verdade que o auxílio cubano aos países africanos obedeceu a uma lógica realista, segundo a qual Cuba exportaria a revolução em busca de alianças que lhe garantissem influência e ascendência no plano mundial. Foi o caso dos auxílios às antigas colônias portuguesas de Angola e Guiné-Bissau na preparação por suas lutas por independência, por exemplo (Domínguez, p. 143). Mas em grande medida essas ações eram coordenadas entre URSS e Cuba, havendo grande confluência de interesses e de apoio, inserindo-se no contexto de um grande consórcio de países socialistas (*Ibid.*, p. 146). Essas ações conjuntas, somadas às políticas cubanas de aproximação à URSS, levaram o país caribenho a finalmente integrar, em 1972, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Came), através do qual Cuba viria a se conformar à divisão internacional do trabalho socialista e no qual viria a contribuir principalmente com seu maior produto, o açúcar.

Mas é no imaginário e no senso identitário latino-americanos que a Revolução Cubana tem o seu lugar de maior destaque. A recepção do evento cubano e as reflexões que ele disparou encontraram rápido reflexo em todos os países do continente, demonstrando o alto grau de homogeneidade das sociedades latino-americanas (Sader, 1991). É entre os anos de 1960 e 1980, auge da Revolução, que escritores e pesquisadores do continente produzem alguns dos maiores clássicos de denúncia da condição de miséria, submissão e domínio que envolve a América Latina. Dentre eles, desponta o trabalho do uruguaio Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina* (2010), escrito em 1971, tornado um clássico continental e perseguido pelas ditaduras. O ensaio denuncia a programática dominação colonialista e

imperialista que afligiu o continente nos últimos séculos, ecoando as palavras de Simon Bolívar: “Nunca seremos afortunados, nunca!” A consciência e denúncia da dominação, sempre impulsionadas pelo espelho cubano, ainda inspiraram outros pesquisadores, como Ariel Dorfman e Armand Mattelart, que, em seu livro *Para Ler o Pato Donald* (1980), lançado em 1976, denunciam a lógica da dominação do universo Disney e o lugar na lógica de produção e consumo capitalista que é relegado a nós, moradores de Astecland e de Inca-Blinca, duas das cidades subdesenvolvidas que os moradores de Patópolis visitam. A dominação cultural norte-americana, para além das páginas do *Tio Patinhas*, também foi denunciada no estudo clássico de Beltrán e Cardona (1982), no qual fica claro que, antes mesmo do advento da TV a cabo, os valores, crenças e estereótipos produzidos pelos norte-americanos já entravam diariamente nas casas dos latino-americanos, fosse pelas notícias produzidas pelas agências internacionais, fosse pelos episódios do Batman ou do Popeye. Caetano Veloso, a seu modo, denunciou: escondem-nos o superamendoim, o espinafre, o biotônico. A música, por sinal, foi palco de algumas das maiores demonstrações dessa almejada unidade latino-americana, na qual Cuba ganhava centralidade. O próprio Caetano Veloso foi um de seus maiores difusores, mas também Mercedes Sosa, Paulo Milanes, Chico Buarque e os músicos da *Nueva Canción Latinoamericana*. A denúncia da opressão era acompanhada de uma alegria melancólica de fazer parte do continente, de compartilhar sua herança cultural e sua identidade e a esperança no futuro livre e igualitário.

O Campo Acadêmico – Visões da Revolução

Cuba despertou também, como não poderia deixar de ser, a imaginação e o interesse dos acadêmicos brasileiros. Mas, apesar da fascinação que a Revolução despertava – e ainda desperta – entre os eles, os trabalhos de fôlego ainda são relativamente poucos (Wasserman, 2007). Diante dessa perspectiva, a produção teórica e analítica sobre a ilha e sua revolução pode ser apresentada em três aspectos: o primeiro, de caráter mais geral, trata da história da revolução e do regime que o seguiu, da sua divisão cronológica e da sua natureza. O segundo aspecto seria a produção histórico-sociológica brasileira sobre o tema, suas considerações e o papel que a mitologia política que envolveu o evento desempenhou no imaginário e na própria história brasileira. Por fim, o terceiro aspecto se refere às reflexões mais recentes, que focam principalmente o posicionamento crítico da esquerda democrática frente ao regime castrista.

Florestan Fernandes (1979) foi, não há dúvidas, o primeiro estudioso de peso a se dedicar especificamente ao tema. Em suas obras dedicadas à Revolução Cubana, pautadas pela análise marxista, o sociólogo enfatiza o papel do imperialismo norte-americano na origem da revolução. A política anexionista norte-americana, integrando Cuba completa ainda que não formalmente ao seu sistema de exploração do trabalho, seria o inimigo a ser combatido pelos revolucionários. Fernandes (1979, p. 53) vê uma razão ideológica e política na ação revolucionária, uma orientação socialista imposta à sua práxis. Essa ação, motivada pela relação orgânica estabelecida entre a burguesia cubana e os EUA, bem como pela exploração norte-americana realizada através dessa mesma burguesia, seria centrada, para Fernandes, na luta anti-imperialista e anticapitalista. Ao contrário, para Daniel Aarão Reis (2010), ocorre uma disputa muito mais intestina no estopim da Revolução, a qual ele caracteriza como nacional-democrática. Em Reis, a dinâmica da exploração que Fernandes (1981, p. 98) denuncia é a origem do contexto econômico e social da revolução, mas não sua própria origem. Era a Constituição de 1940 que seria ambicionada, uma retomada da liberdade e da democracia. A guinada para o Socialismo teria se dado, portanto, da impossibilidade desse retorno histórico e da necessidade de encontrar novos caminhos alternativos para o mesmo fim.

Podemos ainda levantar contribuições da escola da teoria da dependência, que chegara a conceber a ideia da revolução cubana como exemplo de ruptura com o capitalismo imperialista e com a estrutura viciosa “subdesenvolvimentista” (Cardoso, 1973), mas que via sua premissa ser apenas deslocada para a esfera soviética. Apesar de o crescimento econômico ter praticamente dobrado no período da integração ao sistema mundial socialista (dos 3% passou-se para uma taxa de 6%), esse crescimento foi impulsionado por empréstimos e um déficit constante na balança de importações que resultaram no aumento da dependência do país em relação à URSS. A dívida cubana, que em 1980 chegara a 23 bilhões de dólares, era o atestado da dependência. A União Soviética praticamente financiava Cuba (Reis, p. 373). Essa dependência cobria áreas diversas, como a da tecnologia, da energia, do comércio, do financiamento e da infraestrutura, provendo à ilha um subsídio essencial para sua sobrevivência (Packenham). Mas se a dependência cubana não seguia a lógica capitalista do retorno do capital em forma de juros, ela seguia a lógica do jogo de poderes internacional. Cuba não apenas alargava a zona de influência soviética até o quintal norte-americano, fator especialmente auspicioso no auge da Guerra Fria, mas também se tornara elemento central no imaginário da esquerda latino-americana. Emir Sader (1991) reforça o papel do evento na renovação da esquerda brasileira, não apenas ao introduzir o elemento da guerrilha nas discussões, mas também por reforçar e reestruturar o discurso antiamericano, anticapitalista e introduzir o elemento solidário latino-americano na estrutura de pensamento esquerdista. A manutenção da revolução em terras caribenhas inspirava oposições aos regimes militares sul-americanos, como os casos da Guerrilha do Araguaia, da Aliança Libertadora Nacional e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro no Brasil, dos Montoneros, na Argentina, e do Movimento Tupamaro, no Uruguai, dão testemunha. Mesmo a própria instituição das ditaduras na América do Sul respondeu, em grande medida, aos ecos de Havana. Carlos Fico (2008) sublinha a participação norte-americana na

ascensão dos militares brasileiros em 1964, em uma evidência do lugar de destaque que a revolução cubana ganha na agenda internacional ocidental. O medo de que o continente conhecesse “novas Cubas” – ou, no caso brasileiro, uma nova China – era a força motriz dos militares e das camadas conservadoras dessas sociedades. Influenciou também, em certa medida, a persistência chilena pela busca do Socialismo, ainda que o projeto de Salvador Allende negasse a natureza guerrilheira da revolução. Na América Central, destaca-se o movimento sandinista, que não foi apenas inspirado na revolução, mas parcialmente concebido em Cuba. A manutenção da revolução cubana, enfim, era um expediente importantíssimo de desestabilização política na América Latina.

O estudo de Tania Quintaneiro (1982), exemplo dessa onda inicial, aborda a Revolução Cubana sob um prisma diferenciado, voltando seu olhar para o próprio Brasil. Com um recorte temporal transnacional, iniciado em 1959, ano da vitória revolucionária, e concluído em 1964, quando do golpe militar no Brasil, a autora pesquisa os arquivos do Itamaraty para encontrar, nos reflexos cubanos, as fontes de uma política internacional brasileira mais independente, descolada da orientação engessada Norte-Sul/Ocidente-Oriente. Trata-se de um pequeno hiato, encorajado pelo desfecho revolucionário, que permitiu a Jânio Quadros e João Goulart promoverem uma política de aproximação com o terceiro mundo e de contestação das determinações dos EUA. O golpe e a ascensão dos militares, obviamente, foram o ponto final da política independente¹. Outro trabalho na temática e que analisa documentos do Itamaraty é *De Marti a Fidel*, de Moniz Bandeira (2009), no qual o autor busca, em uma perspectiva histórica recente, as origens do sentimento antiamericano, a base, segundo ele, da identidade e do nacionalismo latino-americanos. Nessa linha, o antiamericanismo seria uma manifestação subjetiva intermitente no continente, e teria retomado forças quando da vitória da Revolução Cubana, possibilitando o breve período de política independente. Ainda para

¹ A historiografia especializada em Política Externa Brasileira salienta que, embora inicialmente os governos militares tenham procurado uma reaproximação com os EUA, com o tempo a tendência foi um distanciamento e, especialmente, o acirramento da Política Externa Independente, com a aproximação com a África, China e mesmo o Leste Europeu, com vistas à procura de novos parceiros comerciais, em especial, consumidores dos manufaturados brasileiros. Sem contar a questão do programa nuclear e a ampliação da área marítima considerada de soberania nacional no Atlântico Sul.

Bandeira, a perspectiva que a Revolução abriu na América Latina é que as esquerdas poderiam pensar a via socialista sem a necessidade de uma intervenção militar estratégica da URSS.

Dentre os estudos mais recentes, destacam-se os trabalhos de Denise Rollemberg (2001) e o de Mariana Villaça (2010). A primeira analisa as relações estabelecidas entre a Revolução e os grupos de resistência que se organizaram no Brasil. Seu foco principal recai na exportação da tática de guerrilha promovida pela ilha e o aporte técnico e logístico advindo do apoio e do treinamento que os militantes receberiam do regime castrista. Ao considerar a importância que alguns desses militantes tiveram na história da esquerda brasileira, é possível perceber que o movimento cubano influenciou a política e a história brasileiras para além do campo do imaginário. Já Villaça, ao se propor uma análise que mescla métodos e enfoques da História Cultural do Político e do Institucionalismo Histórico, empreende um estudo vigoroso sobre o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica. Nesse trabalho, a historiadora mostra a capacidade de adaptação do instituto frente às mudanças intestinas do regime castrista e, mais do que isso, as possibilidades de resistência no processo de produção fílmica. No retrato pintado por Villaça, a tensão entre o engajamento ideológico e a configuração do Estado repressivo e autoritário é a tônica do período estudado (1959-1991).

Essa tensão está muito presente também em algumas das reflexões sobre a Revolução e o regime castrista feitas nos últimos anos. Para além da velha argumentação conservadora da equivalência entre as ditaduras de esquerda e de direita, alguns trabalhos recentes mostram a preocupação da esquerda democrática em pensar a relação entre ideologia e autoritarismo, a existência de uma tendência totalitária no discurso e na práxis da esquerda e, principalmente, o papel de Cuba nas reflexões e nas declarações da esquerda latino-americana. Nesse último aspecto, é preciso destacar o trabalho de uma não brasileira, a cientista política argentina

Claudia Hilb (2010), que denuncia em seu livro *Silencio, Cuba* a construção de um aparato de matiz totalitário no regime castrista e se interroga sobre o papel da violência na identidade de esquerda latino-americana. Para ela, é chegada a hora de uma reflexão mais racional, desprovida do aspecto passional que envolvia as assertivas a respeito de Cuba nas décadas anteriores. Ela se interroga mesmo se o caráter solidário e humanista, dos quais a esquerda se mostra defensora, não são comprometidos pelo papel determinante que a violência assume em múltiplos casos de poder institucionalizado, dentre os quais Cuba é o exemplo mais relevante para nós, latino-americanos.

A Grande Mídia: apreensões do inimigo

A visão da academia sobre o evento, a instituição e a natureza da revolução cubana e do regime castrista pode ser contraposta à imagem construída por parte da grande mídia brasileira, em um contexto que prenuncia o golpe militar de 1964. O ponto de análise selecionado para essa incursão é a forma como a participação do país na Conferência de Punta del Este foi abordada pelos grandes jornais brasileiros, representados aqui pelo periódico carioca *Jornal do Brasil* e pelo impresso paulista *O Estado de S. Paulo*. Nesta análise, destaca-se o seguinte: afora uma forte rejeição dos jornais a qualquer ação militar contra Cuba, não encontramos uma unanimidade de posição entre *JB* e *OESP*; ao contrário, eles apresentam profunda divergência no que se refere à sua visão sobre a Guerra Fria, à participação brasileira em Punta del Este e à Política Externa Independente levada adiante pelo governo brasileiro. No caso, *OESP* criticando pesadamente a atuação do Brasil e a PEI e o *JB* assumindo a defesa desses dois pontos. Além disso, salienta-se a tentativa dos impressos em fazer uma leitura dos acontecimentos da política externa a partir de seus possíveis efeitos e/ou interesses na política interna do país. Contudo, não é possível, a partir dessa pesquisa, concluir que esses jornais eram meros porta-vozes de grupos político-partidários. Muito ao contrário, a hipótese aqui defendida é que o posicionamento sobre as relações exteriores do Brasil constituiu uma das formas a partir das quais cada um desses diferentes e influentes periódicos procuraram construir, perante o seu leitor e o

universo político, a sua condição de interlocutores legítimos no debate público nacional.

A escolha deste tema para a análise comparativa que se propõe aqui, justifica-se, frente a outras possibilidades: a) pela própria importância da Conferência, que discutiu a permanência de Cuba no “sistema americano” e, principalmente, na Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo um marco decisivo nas relações internacionais e no futuro do assim chamado “sistema americano”, tendo em vista a decisão de expulsar um membro da OEA em virtude de opções teoricamente soberanas de política interna; b) pelo fato de a Conferência coincidir e considerar em suas deliberações a opção de Fidel Castro pelo alinhamento da ilha caribenha com o Bloco Soviético, optou por encaminhar o regime cubano em direção ao socialismo e à influência de Moscou; c) pela próprio valor que tal análise nos permite para compreender a forma como o tema foi discutido no Brasil nessa conjuntura: com efeito, a historiografia nacional interpreta a participação do Brasil nesse episódio como um momento de inflexão da política externa tupiniquim, no qual o país teria passado de um tradicional alinhamento com as posições norte-americanas para uma Política Externa Independente (PEI), que procuraria pautar a sua inserção internacional não por bandeiras ideológicas, mas pela ampliação dos parceiros a fim de obter maiores vantagens econômicas e políticas; dessa maneira, mesmo que os posicionamentos dos meios de comunicação não possam ser generalizados para toda a coletividade e muito menos serem tomados como expressão da “opinião pública”, sua análise oferece bons indicativos acerca das informações, das interpretações e das ideias que foram difundidas para o “grande público” ou mesmo circularam pelo corpo social. Mais do que isso, como ressalta Lavina Ribeiro (2004), as tomadas de posição dos jornais constituem a principal forma a partir da qual o jornalismo impresso constrói simbolicamente a sua inserção no “espaço público” como capaz de criar

significados para os seus leitores e, assim, construir-se como um interlocutor legítimo nesse espaço.

A escolha dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* decorreu do fato de eles estarem entre os mais importantes órgãos da grande imprensa brasileira na década de 1960. *O Estadão*, jornal paulista bastante tradicional, com quase 80 anos de existência nesse período, era o principal expoente da *mídia* de São Paulo. Enquanto que o *JB*, impresso carioca com 70 anos de existência, encontrava-se entre os jornais mais influentes do Rio de Janeiro, ocupando um lugar de vanguarda na modernização do jornalismo brasileiro naquela conjuntura. Embora não se pretenda tomar esses dois jornais como representantes de toda a imprensa nacional, pelo exposto, não é difícil de aceitar que ambos fornecerão bons indicativos sobre as percepções possíveis da participação brasileira em Punta del Este e da Política Externa Independente que circularam na *mídia* no período.

Analisando os dois jornais pesquisados, é indiscutível o grau de importância que a Conferência de Punta Del Este recebe nesses periódicos. Afora as reportagens e notícias, o encontro de Chanceleres é abordado pelos impressos em seus editoriais praticamente em todos os dias avaliados. Além disso, é perceptível que ambos os periódicos deram ênfase semelhante ao tema, não sendo possível afirmar que o assunto receba maior destaque em um do que em outro. Essa constatação, porém, não deve surpreender, na medida em que, como vimos, discutia-se em Punta del Este não só como lidar com Cuba pós-revolucionária, mas também com as consequências que a sua opção pelo socialismo poderia trazer para a segurança hemisférica e o “concerto americano”.

Igualmente não surpreende que ambos os periódicos apresentem uma visão pouco positiva sobre a situação cubana. Embora possamos encontrar elogios a respeito da Revolução, ocorrida em 1959, os rumos assumidos pelo governo revolucionário, liderado por Fidel Castro, em direção ao socialismo e ao alinhamento com o Bloco Soviético, desagradaram sobremaneira os jornais. O que mais preocupa, porém, os impressos não é a opção político-ideológica da ilha caribenha – embora, isso não conte com o seu apoio. O foco das suas restrições está nos efeitos que esta

opção poderia trazer para a América, servindo como uma provável porta de entrada ao socialismo e aos “interesses de Moscou” no continente. Como deixa bem claro *OESP*:

O ano de 1959 começou também sob a égide de Cuba e da mensagem de esperança que trouxeram ao seu povo, e a todos os outros povos da América Latina, os lutadores de Sierra Maestra ao entrarem triunfantes em Havana. Desde então a esperança que Fidel Castro suscitou foi progressivamente substituída pelas perspectivas sombrias que se abriram para a América Latina pelo fato de a bela filha tropical das Antilhas separando-se espiritualmente de tudo que as Américas significam, ter-se transformado numa base logística da penetração comuno-soviética neste Continente.²

Dessa maneira, seria de se esperar que ambos os periódicos apresentem grandes expectativas sobre a realização da Conferência e dos resultados que ela poderia conseguir. Entretanto, quando analisamos *OESP*, percebemos que este jornal não se posiciona diretamente sobre o conclave antes de sua abertura. O periódico apenas começa a fazer referências ao encontro na medida em que aborda a participação brasileira no mesmo, indicando agora o apoio dado à sua realização, como podemos notar por esse comentário às suas decisões finais:

O culto da liberdade da pessoa humana e a independência interna e externa das nações. Foi esta tradição mais caracteristicamente americana, que foi vitoriosamente reafirmada pela Conferência de Punta del Este, a cujo nome permanecerá eternamente ligado a fato inédito na história de um continente inteiro de, por decisão unânime de todas as nações que nele habitam, ter-se formulado a “doutrina da incompatibilidade” da ideologia comunista com os princípios que regem sua vida política e social.³

O *Jornal do Brasil*, ao contrário do *Estadão*, posiciona-se de forma muito eloquente sobre a Conferência no período que antecede a abertura da mesma. A sua posição, porém, é muito mais de receio e resistência do que entusiasmo. Lembra o impresso, por exemplo, que ela “foi convocada nos termos do Tratado do Rio de Janeiro – o que nos pareceu incorreto”, tendo em vista que nem este e “nem a Carta da OEA preveem sanções contra um país por agressão ideológica ou de propaganda

² “Uma lição para os tímidos”, *O Estado de S. Paulo*, 02 de janeiro de 1962, Caderno 1, p. 3.

³ “O exemplo das Américas”, *O Estado de S. Paulo*, 02 de fevereiro de 1962, Caderno 1, p. 3.

ou por ter firmado acordos comerciais, culturais, etc., com uma nação extracontinental”. Em outras palavras, a maior preocupação *JB* está no medo que da Conferência resultem sanções punitivas contra Cuba por suas opções políticas internas, numa clara agressão à soberania nacional cubana e ao princípio democrático do concerto interamericano.

Percebe-se, dessa forma, a proximidade da opinião do *JB* com a linha defendida pela diplomacia brasileira em Punta del Este o que não conseguimos identificar no *Estadão*. Este último, por sinal, foi bem eloquente em avaliar a participação do Brasil no Conclave. Começa levantando severas dúvidas sobre a ação do governo federal, afirmando: “Têm sido tão frequentes, tão confusas e, às vezes, tão contraditórias as declarações do sr. Santiago (*sic*) Dantas a respeito da posição do Brasil na próxima conferência de Punta del Este que já não se sabe, afinal, qual será essa posição.” Quando analisa o conteúdo apresentado pela chancelaria brasileira, o jornal não condena propriamente a oposição de Dantas a uma possível invasão da ilha de Fidel. Detêm-se, na verdade, naquilo que identifica como vacilo do chanceler ao não aderir imediatamente à alternativa de exclusão da ilha caribenha da OEA. Para o jornal, “a única fórmula” aceitável seria “o afastamento de Cuba da Organização dos Estados Americanos e o seu conseqüente isolamento dentro do bloco interamericano. Será isso que sugere o sr. San Thiago Dantas?. [...] Qual será a posição do Brasil na conferência de Punta del Este?”⁴

Já o *JB*, ao contrário, endossa a defesa que Dantas faz dos princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção como argumento para tentar vetar as sanções punitivas a Cuba. Mais do que isso, conforme o jornal, tal posição não contraria a linha de ação histórica do Brasil, mas é formulada como “reza a tradição do Itamarati”:

Vale a pena assinalar que a conduta da Chancelaria brasileira sempre foi de reafirmar esses princípios consagrados nos instrumentos internacionais que o Brasil firmou. [...] O fato de ser Cuba, hoje em dia, uma nação sob regime comunistas não desobriga o Brasil do cumprimento dos tratados existentes. Muito pelo contrário. Nação democrática o Brasil não tem o hábito – tipicamente totalitário – de considerá-los meros farrapos de papel.⁵

⁴ “Ainda a institucionalização do problema cubano”, *O Estado de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1962, Caderno 1, p. 3.

⁵ “Solução política”, *Jornal do Brasil*, 07 de janeiro de 1962, Caderno 1, p. 6.

Encontramos nesse ponto não uma apenas uma divergência de posição, mas uma verdadeira “luta simbólica” - no sentido que Bourdieu (1989, p. 134; 1990, p. 192) emprega essa expressão - entre os dois jornais pesquisados, qual seja: uma disputa pela imposição do sentido mais legítimo de uma palavra, conceito ou expressão, que é, ao mesmo tempo, uma forma de (des)legitimar aqueles que as empregam. No caso em questão, um conflito pela definição mais legítima do que seria a “tradição” da política externa brasileira e qual lado da disputa seria o “totalitário” e qual o “democrático”.

Sintomaticamente, é importante notar que nenhum dos jornais nega a necessidade de associar a ação da política externa brasileira a uma “tradição”, o que nos denota o respaldo que o Itamaraty tem como instituição responsável por tal política e a importância de vincular qualquer ação na condução da mesma a uma linha de continuidade. Da mesma maneira, ambos os periódicos procuram defender a sua posição relacionando-a à “democracia” e classificando a ação dos adversários como “totalitária”. O notável é a diferença de definições que eles atribuem a esses termos. No caso do *Estadão*, democracia está praticamente reduzida ao combate ao comunismo, enquanto totalitarismo fica circunscrito ao próprio comunismo. Qualquer atitude que se tome para combatê-lo é legitimada-se em si mesma, inclusive a que implica em quebra das regras legais e em agressão a outras nações. Já para o *JB*, temos o contrário: a democracia sendo associada ao respeito às normas jurídicas do “concerto americano” e o totalitarismo às medidas usadas para desrespeitá-las, não importando as causas que as motivem. Cuba, está claro, torna-se um tema privilegiado para ambos os jornais defenderem suas posições – ainda que Cuba seja, de fato, um consenso.

Considerações Finais

Hannah Arendt (2011), ao escrever sobre o conceito de revolução, lembra-nos que é no começo, na presunção de um novo momento histórico, que as novas eras fundamentam sua própria legitimidade. Esse momento fundador, pensado como um “absoluto” que tudo explica, torna-se a mola propulsora da ação política, ou seja, é o mito por trás da autoridade que um novo momento busca para se erigir. Quando essa visão de futuro se rompe, quando o mito primordial perde sua unicidade, a própria coesão política que sustenta o novo tempo se deteriora. Esse princípio fundador na Revolução Cubana era o novo tempo de igualdade e de liberdade que os revolucionários inauguraram, sob o lastro idealizado do “Homem Novo”. É esse Homem Novo que se deteriora após três anos de revolução, e é na busca por sua restauração que a violência se apresenta como instrumento de formatação e de conformação. É da degradação da imagem idealizada de Guevara que nasce a ação autoritária de Fidel.

Pensar essa complexidade da revolução cubana e a produção sobre ela em diferentes campos expõe sistemas de poder e de interesse, posições e opiniões que deixam transparecer estruturas de pensamento e de ação próprias de grupos e de indivíduos. Como o mapeamento aqui elencado pôde demonstrar, as produções acadêmicas no Brasil acerca da revolução cubana, apesar de pouco numerosas, apontam para flutuações bastante ligadas a suas conjunturas. Se as primeiras produções, especialmente aquelas da década de 1970 e início da década de 1980, envolviam a academia em uma interpretação predominantemente positiva da revolução, sublinhando seu caráter emancipatório do sistema imperialista norte-americano (como p.e. Fernandes, 1979), essas interpretações arrefecem no mesmo ritmo em que a Guerra Fria perde seu fôlego. Com o fim dessa, o foco das interpretações passam a ser as lutas intestinas na dinâmica de poder no regime revolucionário (Reis, 2010) e os reflexos práticos e culturais da revolução sobre o próprio Brasil (p.e. Rollemberg, 2001 e Sader, 1991). Em outras palavras, a Academia se coloca, nas primeiras décadas da produção relativa a Cuba, em uma posição bastante demarcada no grande debate do tema no contexto da Guerra Fria. A própria escolha temática, por si só, já se mostra um manifesto (também em relação à própria

situação política nacional), e sua posição é, de forma majoritária, simbolicamente política e combativa. Ela se relaciona, estreitamente, ao posicionamento político de seus atores individuais e a uma linha argumentativa aceita em seu campo que, em outros espaços, poderia não encontrar reverberação.

Já na exposição aqui feita dos discursos da grande mídia, as implicações são mais complexas. Não pela posição tomada em relação ao regime cubano em si (ambos os jornais se mostram combativos em sua oposição), mas nas disputas intestinas no próprio campo midiático, derivada, em boa parte, das opções políticas e mercadológicas dos agentes, nem sempre compatíveis ou facilmente conciliáveis. Dessa forma, evidencia-se claramente a divergência de posição, quando o *Estadão* toma uma postura oposta à posição “neutralista” brasileira, defendendo abertamente um alinhamento direto com os EUA, e o *JB*, ao contrário, sustenta essa posição de neutralidade e independência e, mais do que isso, apoia os princípios básicos que norteiam a Política Externa Independente. Além disso, notamos que ambos os periódicos procuram fazer relação entre as ações da política externa brasileira com a política interna, numa demonstração evidente de que sua leitura da primeira é feita com base nas alternativas político-doutrinárias oferecidas pela segunda. Igualmente, é visível como nesse ponto os jornais também divergem: *OESP* condenando a PEI como sendo uma mesquinha estratégia do chanceler Dantas e do governo petebista em busca de apoio das “esquerdas nacionais”, enquanto o *JB* coloca essa política como sendo uma posição internacional ligada ao progresso econômico-social na América - cujo expoente brasileiro seria o ex-presidente Jânio Quadros -, enquanto que a oposição a ela seria obra do atraso, do conservadorismo retrógrado, etc.

Dessa maneira, consideramos que, *OESP*, seguindo a sua própria tradição, procura construir/reforçar a sua posição como interlocutor das classes conservadoras, através especialmente da defesa do alinhamento com os EUA, do anticomunismo e do “antitrabalhismo”. Enquanto o *JB*, embora não cultive simpatias pelo socialismo e

nem demonstre afinidades diretas com João Goulart e o PTB, tenta procura ocupar o espaço de um jornal ligado à defesa do desenvolvimentismo econômico e de sua expressão na política externa, qual seja, uma estratégia de inserção internacional pragmática, não ideológica e voltada para a obtenção dos recursos materiais e políticos necessários ao progresso econômico do país e à sua construção como uma Nação forte – nesse caso, industrializada.

Cuba, assim, se mostra um campo privilegiado para pensar a democracia, a política interna e a política externa do país. Em diferentes campos, como o aqui exposto, a temática da revolução incita discursos e preenche um espaço vetorial nas linhas argumentativas, tornando-se, ela própria, campo de disputa e símbolo político.

Referências:

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. O Debate sobre a Construção do Estado Socialista. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revolução Cubana: História e Problemas Atuais**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 113-134.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- BANDERA, Vinicius. O Debate Econômico dos Anos 60. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revolução Cubana: História e Problemas Atuais**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 81-94.
- BELTRÁN, Luis Ramiro; CARDONA, Elizabeth Fox de. **Comunicação Dominada**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques – sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994.
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Cuba: Lesson or Symbol? In: BARKIN, David; MANITZAS, Nita (ed.). **Cuba: The Logic of the Revolution**. Andover: Warner, 1973. p. 1-9.
- DOMÍNGUEZ, Jorge L. Limitaciones y Consecuencias de las Políticas Militares Cubanas em Africa. In: **Revista Occidental – HICLA**. Tijuana, 1991. p.137-178.

- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. *Para Ler o Pato Donald*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- DUMONT, René. *Cuba, est-il socialiste?* Paris: Seuil, 1970.
- FAGEN, Richard. *The Transformation of Political Culture in Cuba*. Stanford: Stanford Unipress, 1969.
- FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- _____. *Poder e Contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GIRARDET, Raoul. *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris: Points, 1986.
- GUEVARA, Ernesto Che. Sobre la Concepción de Valor. In: GEVARA, Ernesto Che. *Escritos Econômicos*. Córdoba: Pasado y Presente, 1971.
- HILB, Claudia. *Silencio, Cuba*. Buenos Aires: Edhasa, 2010.
- MANDEL, Ernest. El Gran Debate Econômico. In: GEVARA, Ernesto Che. *Escritos Econômicos*. Córdoba: Pasado y Presente, 1971. p. 11-21.
- PACKENHAM, Robert A. Dependencia Capitalista y Dependencia Socialista – El Caso de Cuba. In: *Revista Occidental – IICLA*. Tijuana, 1991. p.69-107.
- PÉREZ JR., Louis A. History, Historiography, and Cuban Studies: Thirty Years Later. In: FERNÁNDEZ, Damián (ed.). *Cuban Studies since the Revolution*. Gainesville: Floriada Unipress, 1992. p. 53-78.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil – da Revolução ao Golpe*. Belo Horizonte: Ed. Ufmg, 1988.

- REIS, Daniel Aarão. A Revolução e o Socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 363-392.
- RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960)*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2004.
- ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil – Treinamento Guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira. In: REIS, Daniel Aarão (org.) *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopistik – Historische Alternativen des 21. Jahrhunderts*. Viena: Promedia, 2008.
- WASSERMAN, Claudia. A Recepção da Revolução Cubana no Brasil: a Historiografia Brasileira. In: *E.I.A.L.- Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, vol. 18, No. 2, 2007. p. 53-67